

A história e a memória da província do Paraná (1853-1889): a experiência do Museu Paranaense.

Maria Helena Costa Rigotto.

Graduada em História pela UFPR e professora da Escola Estadual Aline Picheth e C.E Prof. Loureiro Fernandes.

RESUMO - O museu pode ser utilizado como um espaço alternativo para o ensino da história, principalmente da história regional. Esse trabalho tem como objetivo discutir os principais aspectos da história do Paraná província sob a ótica do Museu Paranaense. Sugere-se a visita temática ao Pavilhão de história do Paraná dessa instituição, leitura e interpretação de documentos históricos e análise do filme “Narradores de Javé”. Essas atividades devem contribuir para que o aluno reflita sobre a memória que é privilegiada nos museus e na história. Conclui-se que essa metodologia pode ser adaptada e aplicada nos diversos museus existentes em nosso Estado.

Palavras-chave: História. Paraná Província. Museu Paranaense. Memória.

ABSTRACT: The museum can be used as an alternative space for the teaching of history, especially of regional history. This paper aims to discuss the main aspects of Paraná province from the viewpoint of Museum Paranaense. It is suggested to visit the theme pavilion of Paraná that institution’s history, reading and interpretation of historical documents and analysis of the film “Narradores de Javé”. These activities should help the student reflect on the memory that is privileged in museums and in history. It was concluded this methodology can be adapted and applied in various museums exist in our state.

Keywords: history. Paraná province. Museum Paranaense. Memory.

Os museus e a História

Geralmente, tanto a História como o Museu não são atraentes para os jovens tradicionalmente interessados no futuro, e nos dias atuais, o futuro chega cada vez mais rápido através da avalanche constante de informações e inovações tecnológicas disponíveis no cotidiano.

Infelizmente, para alguns alunos, a história ainda é tida como uma matéria que estuda o passado, ou seja, um tempo que muitos diriam: “já se foi e não interessa mais”. Os museus seriam definidos como locais onde encontramos vestígios desse passado: coleções de objetos e utensílios variados, qualificados como muito “velhos”, “antigos” ou “esquisitos”.

Assim, como se torna imprescindível utilizar novas metodologias, é preciso pensar no Museu como um espaço aliado ao ensino de história. E, portanto, é conveniente aprofundar o conhecimento sobre a origem dessa instituição comprometida com a memória da sociedade.

Ao longo dos séculos, a forma pela qual os museus se organizavam e a História era concebida seguiram uma trajetória semelhante. Durante muito tempo, os Museus só registravam a memória oficial. Apenas figuravam nas coleções do museu os objetos que remetiam a um grande acontecimento histórico (uma guerra, por exemplo) ou que pertenceram a uma personagem ilustre, membro da elite. A prática de aquisição de acervo museológico seguia a concepção de história até então vigente chamada de positivista ou tradicional. Uma história focada nos grandes fatos e personagens, no qual o povo assumia um papel de figurante.

O acervo do museu não é constituído por simples objetos, mas de artefatos que podem ser avaliados como documentos. Ali os objetos não têm mais valor de uso, pois se tornaram documentos (fontes de informação). Le Goff nos diz que os monumentos são heranças do passado e os documentos são escolhas do historiador. A história tradicional apoiava-se basicamente em documentos escritos e oficiais, entendidos como testemunhos verdadeiros do passado. Tanto o conceito de documento foi ampliado a partir do surgimento da Escola historiográfica dos Annales como a postura do historiador frente aos mesmos se modifica. O documento não traz em si uma verdade objetiva, deve ser questionado e confrontado com outros dados, pois: “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade.”¹

Na Antiguidade, encontramos a origem dos monumentos, os quais eram construídos com a função de celebrar e imortalizar os feitos dos reis, imperadores, generais, enfim, no esforço da classe dominante em assumir o domínio da memória coletiva. Porém, nos séculos seguintes os monumentos continuariam a ser construídos para comemorar

¹ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: ROMANO, R. (dir.) Enciclopédia Einaudi, v.1, p.95-106, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983. p.103

determinados acontecimentos, que eram considerados dignos de lembrança. Portanto, no Museu também encontramos monumentos.

Le Goff afirma:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.²

O Museu, enquanto um lugar da memória e da História, não é neutro, na medida em foi constituído para perpetuar uma visão de sociedade sob o prisma daqueles que a dominavam tendo em vista seus objetivos.

A história do Museu

A palavra Museu é derivada do grego *museion* que significa “templo das musas”. Nas principais cidades da Antiguidade era comum a construção de espaços destinados às musas, divindades protetoras das ciências e artes. Ali eram reunidas as obras de arte e objetos variados pertencentes a reis e nobres, os quais seriam homenageados e lembrados através da exposição.

Na Antiguidade Clássica e na Idade Média, os tesouros resultantes de oferendas aos deuses e de pilhagens de guerra eram agrupados nos templos e igrejas. No entanto, é na época moderna que o hábito de colecionar torna-se bastante comum entre algumas camadas da população, como prelados, cortesãos, médicos, juristas, eruditos, artistas, príncipes e monarcas.

As primeiras coleções renascentistas eram formadas por vestígios da Antiguidade greco-romana e, em seguida, passam a abrigar uma gama variada de objetos que representam curiosidades naturais ou artificiais, ou seja, raridades em geral, muitas trazidas por viajantes de lugares distantes. Assim, surgem os “gabinetes de curiosidades e maravilhas”.

No século XVII, as coleções de pintura e escultura passam a ser privilegiadas. Inclusive, no seu limiar inicia-se um movimento em prol da

² LE GOFF, Jacques. Memória. In: ROMANO, R. (dir.). **Enciclopédia Einaudi**, v. 1, p11-50, Lisboa: Imprensa Nacional /Casa da Moeda, 1983. p. 13

classificação dos objetos colecionados próprios da “racionalidade” que vai caracterizar o século seguinte.

A partir do Iluminismo temos a origem do museu enquanto instituição pública. Graças à pressão das camadas burguesas, as grandes coleções principescas e particulares foram sendo abertas ao público em geral. O *Ashmolean Museum* de Oxford foi o primeiro museu a abrir suas coleções aos estudiosos.

Ainda no século XVIII, o francês La Font elabora um panfleto em que defende a divulgação dos bens materiais e culturais e propõe a criação de um museu real em Paris onde seriam expostas as obras-primas da pintura europeia que faziam parte do gabinete de quadros do rei. Inclusive, acreditava-se que até o gênero de pintura histórica, em fase de esquecimento voltaria a ser valorizado.

Em 1750, foi criado o Museu de Luxemburgo e muitos quadros das coleções reais foram expostos ao público e, inclusive, neste momento, já existiam reivindicações pela criação de um museu no Louvre.

Sendo assim, o Conde D'Angiviller foi incumbido da instalação de um museu real na Galeria do Louvre. Ele inicia seu trabalho encomendando à Academia anualmente quadros de história e estátuas referentes aos grandes homens franceses, portanto, seu projeto de museu estava imbuído de intenções patrióticas. O Conde também completa as coleções reais com quadros da escola flamenga do século XVII. O trabalho de adaptação desta galeria para abrigar a exposição tendo em vista o espaço disponível, a sua iluminação e a segurança das obras conta com a participação de pintores e arquitetos, prolonga-se até 1793, quando finalmente o Museu é aberto ao público.

Vale lembrar, que alguns estudos vinculam a criação do museu ao novo discurso sobre a arte e ao desenvolvimento da disciplina História da Arte. No século XVIII é proposta uma história da arte a partir da análise das obras e não da biografia dos artistas como era comum desde o Renascimento. E o Museu aparece como um espaço público que possibilita o acesso direto às obras.

Já o século XIX é conhecido como o “século dos museus”, pois assistiu a proliferação de museus na Europa e em várias outras partes do

mundo. Com o advento do nacionalismo, o Museu realizou um papel importante no processo de consolidação da identidade e da memória nacional. Neste espaço era preciso reforçar aspectos lingüísticos e/ou étnicos, favorecendo a identificação das pessoas com a sua nação.

Dessa forma, os museus desempenhavam um importante papel ideológico na medida em que eram responsáveis pela divulgação de valores nacionalistas, ideais de progresso e novos modelos de civilização. Se por um lado, os museus foram utilizados basicamente como veículos ideológicos dos Estados Nacionais, por outro lado passam a desenvolver atividades de pesquisa científica e ensino. Sendo possível, neste contexto a criação de inúmeros “museus de ciências” e “museus de história”.

Tanto o Museu Nacional, como o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Paranaense que são, respectivamente, os três museus mais antigos do Brasil, foram criados de acordo como o modelo europeu, compreendendo ainda “gabinetes de curiosidades” e de “história natural”. Por isso, contavam com seções de zoologia, botânica, geologia, mineralogia, etnologia, arqueologia e antropologia e, logicamente, história e curiosidades.

Histórico do Museu Paranaense.

A partir da segunda metade do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX eram realizadas no Brasil exposições nacionais, onde os governos provinciais mostravam seus produtos e particularidades. Tinham um caráter preparatório para a participação do país nas Exposições Universais que aconteciam nos Estados Unidos e na Europa.

Em cada província eram formadas comissões para a coleta dos produtos que seriam enviados a Exposição Nacional, e que eventualmente selecionados, participariam das Exposições ditas Universais.

No Paraná, o desembargador Agostinho Ermelino de Leão e o médico José Cândido da Silva Murici participaram destas comissões provinciais. Em 1874, eles apresentaram ao presidente da província, Frederico José Cardoso de Araújo Abranches, a proposta de criação de

um museu e de um jardim de aclimação em Curitiba. Desta forma, poderiam expor os produtos devolvidos após as exposições nacionais e assim, difundir as riquezas regionais.

Em 1875, o presidente da Província Adolfo Lamenha Lins nomeou uma comissão formada por Agostinho Ermelino de Leão, José Cândido Silva Murici e o engenheiro André Braz Chalhéo Júnior para tratar da criação de um museu provincial. Neste ano ainda, apesar de não existir oficialmente, o “Museu de Curitiba” participou da Exposição Nacional de 1875, onde obteve uma menção honrosa pelos minerais exibidos.

No dia 25 de setembro de 1876 foi inaugurado o Museu, então conhecido como Museu de Curitiba ou Museu da Capital, num prédio adaptado para este fim no Largo da Ponte, atual Praça Zacarias. Agostinho Ermelino de Leão e Cândido Murici voluntariamente comandaram a instituição de caráter particular, porém, dependente de recursos financeiros provinciais para sua manutenção. Em 1879, Cândido Murici faleceu e Ermelino de Leão prosseguiu a frente do Museu.

Nas dependências do Museu aconteceram fatos memoráveis para a sociedade local. Por exemplo, em 1880, o Imperador D. Pedro II e sua comitiva foram recebidos no Museu pelo então Diretor Ermelino de Leão. À noite, o Governo Provincial ofereceu um baile num dos salões do Museu em homenagem aos ilustres visitantes.

Outra solenidade importante ocorrida no Museu foi a entrega de prêmios aos expositores paranaenses do Salão do Rio de Janeiro (1881) e do Continental de Buenos Aires, na qual houve a participação da Princesa Izabel e de seu marido, o Conde D’Eu.

Só em 1882, o Museu Paranaense tornou-se uma instituição oficial da Província, tendo seu primeiro regulamento aprovado. Através deste documento percebe-se que o objetivo da instituição era mostrar ao público as riquezas da província e outras curiosidades em geral. Objetivo este evidenciado no artigo 1º:

“O Museu Paranaense, estabelecido nesta capital em edifício proprio provincial é destinado a colligir e conservar sob sua

guarda, devidamente classificados, os productos naturaes e industriaes que interessem ao estudo da historia natural ou que mostrem as riquezas da provincia e quaesquer curiosidades em geral”. (REGULAMENTO DO MUSEU PARANAENSE, 1882)”.³

Naquela época, o Museu Paranaense já possuía um caráter pedagógico, recebendo visitas de escolas interessadas no ensino das ciências.

Em 1956, as seções de zoologia, botânica, mineralogia do Museu Paranaense foram extintas e seu acervo foi transferido para o Museu de Ciências Naturais, recém-criado.

Das novas mudanças até a sede atual (cortar ou resumir?)

Em 1913, o museu foi transferido para o Salão Tívoli, na Rua São Francisco. O imóvel alugado foi remodelado para abrigar o acervo do museu. O Presidente do Estado fez-se presente na solenidade de reabertura da instituição.

Novamente, em 1928 o Museu foi transferido para um imóvel na Rua Buenos Aires, esquina com a Rua Benjamim Constant. Sendo que, de 1931 a 1934, o cargo de diretor foi extinto e administração do Museu foi exercida pelo auxiliar técnico João Tenius. Posteriormente, o interventor Manoel Ribas nomeou para a direção do museu o professor e antropólogo Jose Loureiro Fernandes que valorizou a pesquisa e publicação científica, criando assim a revista Arquivos do Museu Paranaense.

Em 1965, o museu foi transferido para a Rua 13 de Maio, funcionando num imóvel particular alugado durante oito anos. Mas, em 1973, o então diretor Oldemar Blasi conseguiu um novo espaço para o Museu: o antigo Paço Municipal, construído em 1916 na Praça Generoso

³ CARNEIRO, Cíntia Maria Sant' Ana Braga. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná 1902-1928**. Curitiba, 2001. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Marques e que estava desocupado desde 1969 com a transferência da prefeitura para o Centro Cívico. A beleza arquitetônica do prédio situado no centro da cidade era um atrativo à parte favorecendo a visitação pública. Muitos curiosos entravam e nem sequer sabiam que ali funcionava um Museu. Vale lembrar, que este prédio foi tombado pelo Estado e União e hoje está sendo restaurado pelo SESC.

Finalmente, em 2002, o Museu conseguiu uma sede própria, a sétima de sua história: Na Rua Dr. Kellers, 289. A atual sede do Museu Paranaense abrange três edificações, compreendendo aproximadamente 4.700 m²: o Palácio São Francisco, o anexo construído em 1960 para abrigar o Tribunal Regional Eleitoral, e o novo anexo feito em 2002/2003 para abrigar o Pavilhão da História do Paraná.

Na realidade, o “Palácio São Francisco” é um prédio de estilo eclético construído em 1928/1929 para ser a residência da família Garmatter, o qual foi comprado pelo interventor Manoel Ribas para a instalação do governo estadual que ali funcionou de 1938 a 1953. Mais tarde, o local abrigou outros órgãos oficiais como o Tribunal Regional Eleitoral, a TV Educativa e o extinto Museu de Arte do Paraná que teve seu acervo incorporado pelo Museu Oscar Niemeyer. Em 1986 esta edificação foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Estadual.

Considerando-se uma instituição nômade por mais de cem anos, o Museu Paranaense conseguiu preservar boa parte de seu acervo. Ainda assim, sabemos que estas mudanças constantes podem ter comprometido a integridade de algumas peças.

Acervo do Museu Paranaense

Na maioria das vezes, as peças que fazem parte das coleções do museu são incorporadas através de doações, compras, permutas com outras instituições ou são provenientes de pesquisas de campo/escavações realizadas por seus especialistas.

Atualmente, a aquisição de novas peças para o acervo é feita por um conselho consultivo formado pelas várias divisões do Museu que deve fazer a avaliação das mesmas levando em conta a sua representatividade

do ponto de vista histórico, artístico ou documental e ainda quanto à sua origem, dimensões e procedências. Sendo incorporado ao acervo a peça é oficialmente registrada no livro-tombo adequado.

Ao longo destes anos, o acervo do Museu Paranaense foi constituindo-se principalmente graças às doações feitas por particulares. O imperador D. Pedro II quando visitou a província do Paraná em 1880, aproveitou a ocasião para fazer a doação de alguns objetos ao museu. Mas, não eram somente as pessoas importantes que faziam suas doações ao Museu. No início do século XX, o jornal *A República* publicava uma relação das doações feitas ao Museu juntamente com os nomes dos respectivos doadores. Como o Museu era de história e de ciências naturais, geralmente, eram doados medalhas, moedas e papel moeda, armas de fogo antigas, retratos de crayon, animais vivos para o zoológico do Museu e outros empalhados, orquídeas, e amostras minerais.

Ermelino de Leão, o primeiro diretor do museu aceitava todos os tipos de doação, sem estabelecer critérios para a seleção de objetos. Mas, para Romário Martins o acervo deveria permitir o conhecimento da história e da identidade do Paraná.

Na gestão de Romário Martins houve a aquisição de materiais arqueológicos e etnológicos. Sendo deputado estadual apresentou um projeto, sancionado em lei pelo presidente do Estado, em 1904, obrigando os comissários de medição de terras a enviarem ao Museu Paranaense artefatos indígenas, objetos fósseis e amostras minerais achados em suas explorações. As despesas de transportes destes objetos seriam pagas pelo Estado.

Romário Martins adquiriu a imagem da padroeira de Curitiba e ampliou a Pinacoteca, adquirindo com recursos da própria instituição vários retratos. A pinacoteca do Museu foi criada em 1886 e é formada basicamente por retratos de homens da elite paranaense, ervateiros e fazendeiros dos Campos Gerais, bem como personalidades políticas de destaque. É composta ainda por obras que representam a natureza e as paisagens do Estado

Em 1924, o acervo do indigenista Telêmaco Borba foi doado ao Museu Paranaense através de testamento. Esta coleção é formada por

inúmeros artefatos referentes aos grupos indígenas Kaingang e Guarani da região do Tibagi.

Algumas peças foram adquiridas mediante permuta com outras instituições. Por exemplo, o Museu Nacional e o Paranaense realizaram troca de exemplares de minerais no início do século XX. Também, houve a permuta de pratos brasonados, pertencentes a D. Pedro II e outros membros da nobreza monárquica.

Boa parte do acervo arqueológico e etnológico é resultado de escavações ou pesquisas de campo realizadas pelos responsáveis do Setor de Arqueologia ao longo da trajetória desta instituição.

No ano de 2004, o Museu Paranaense foi enriquecido com o acervo do extinto Museu Banestado e, do Museu Coronel David Carneiro, comprado pelo governo estadual.

Atualmente, o acervo é constituído por cerca de 300 mil peças. Além das peças que constam na exposição, existem várias outras acondicionadas em quatro Reservas Técnicas equipadas com dispositivos de segurança contra incêndio e de controle de temperatura e umidade do ar para preservação do acervo. O trabalho de higienização e restauro realizado nos Laboratórios do Museu pelos técnicos devidamente habilitados também é essencial para a conservação das peças.

Hoje, o Museu Paranaense possui três seções especiais para estudo e classificação do acervo: Arqueologia, História e Antropologia.

Museu: Exposição Permanente

O Museu é uma instituição fundada no século XIX sob a égide da história tradicional, que influenciou a política de aquisição de acervo, fato que hoje se reflete na exposição permanente.

Observa-se a hegemonia da história política na “Sala Palácio São Francisco” e na “Sala dos Governantes”. Na primeira sala tem-se documentos, fotos e objetos referentes ao governo de Manoel Ribas, Moysés Lupion e Bento Munhoz da Rocha Neto, os quais exerceram o mandato neste local, então sede do poder executivo.

Na “Sala dos Governantes” encontram-se os retratos de personalidades políticas (deputados, senadores, presidentes de província...) do final do século XIX e início do século XX feitos pelos grandes mestres da pintura paranaense, como Alfredo Andersen, Theodoro de Bona, Mariano de Lima, Iria Correia, Estanislau Traple e Curt Freysleben. Nas proximidades desta sala, há um corredor intitulado “Sala da Prataria”, onde existe a exposição de um magnífico faqueiro de prata, importado da França, que foi utilizado no Palácio Iguaçu.

A “Sala Histórica do Museu Paranaense” mostra objetos, fotos, documentos e retratos dos principais vultos desta instituição. Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido da Silva Murici, idealizadores do Museu; Alfredo Romário Martins, diretor do Museu por 26 anos; José Loureiro Fernandes, antropólogo, em cuja gestão houve ênfase à pesquisa científica e publicações.

Para mostrar o exótico, encontra-se no andar superior a “Sala Índios do Brasil” e a “Sala Vladimir Kozák”. Na primeira, estão armas, artefatos, adornos e utensílios utilizados pelos grupos indígenas da Amazônia, Brasil Central e Meridional. Vale destacar, as peças que pertenceram à coleção do famoso indigenista Telêmaco Borba e a coleção de plumária, considerada uma das belas do Brasil.

Já a “Sala Vladimir Kozák” vincula filmes, fotos, desenhos, enfim, o legado documental deste pesquisador tcheco que se radicou no Paraná, e muito contribuiu para o estudo da fauna, da flora, da fauna, da cultura popular e indígena do estado do Paraná. Este importante acervo, resultante de vários anos de pesquisa, foi incorporado ao Museu em 1979, ano da morte de Kozák.

A “Sala de Banho” continua preservada e está aberta ao público. Trata-se do banheiro da residência da família Garmatter, bastante luxuoso para a época, cujas peças de porcelana foram importadas da Alemanha.

No “Pavilhão de História do Paraná” há uma linha de tempo, que pretende contar a história da ocupação do território que hoje constitui o nosso Estado: de 10.000 a.C até as primeiras décadas do século XX, mais precisamente até a Guerra do Contestado (1912-1916).

A exposição inicia com os achados arqueológicos encontrados nos **sambaquis**, tais como, esqueletos humanos, ossadas de animais, artefatos líticos, de ossos e conchas. Também são apresentados vestígios humanos e uma representação de pintura rupestre encontrados no interior do Estado. Em seguida, percebe-se a presença indígena com utensílios de caça e pesca, urnas funerárias e artesanato das nações Tupi-Guarani e Jê, com destaque para o grupo Kaingáng e Xocklêng.

Segue-se com a mostra de maquetes de embarcações representando as Grandes Navegações. A partir daí, as peças expostas mostram as reduções jesuíticas e cidades fundadas pelos espanhóis no oeste do Paraná, bem como a sua destruição pelos bandeirantes.

Os arráteis, a imagem de Nossa Senhora da Luz de Pinhais, as varas de juiz remetem ao início da colonização portuguesa no litoral e planalto de Curitiba. A conquista dos Campos de Guarapuava é ilustrada com a mostra de um canhão usada da expedição militar de 1772.

Sob o ponto de vista econômico existe alusão ao ouro, ao tropeirismo e a erva-mate, principal produto econômico do século XIX e que propiciaram a ocupação do “Paraná Tradicional”.

A história política do Império ocupa uma boa parte deste pavilhão. Tem-se uma imagem de D. Pedro I e retratos de D. Pedro II, porcelanas, fardas, moedas, medalhas e espadas com o brasão imperial. Inclusive, merece ser dito que o Museu Paranaense é uma das poucas instituições brasileiras que apresenta um quadro feito por Maximiliano Mafra em 1854, retratando D. Pedro II jovem.

Além dos retratos de D. Pedro II e de alguns presidentes de províncias, há ainda os retratos da nobreza local, ou seja, de fazendeiros e de ervateiros, que obviamente também desempenharam cargos políticos no Império.

A exposição aborda ainda outros fatos históricos de cunho político e militar, como a Emancipação política, A Guerra do Paraguai, a Revolução Federalista e a Guerra do Contestado.

Existe, também, uma tentativa de recriar o cenário de uma residência de elite no século XIX, cujos objetos expostos poderiam ser confrontados com as peças “rústicas” que se referem aos imigrantes no Paraná.

De modo geral, as peças que remetem à história dos homens comuns são àquelas vinculadas à história de Paranaguá representada pela cerâmica, utensílios de pesca, fabricação de farinha de mandioca, aos objetos usados pelos tropeiros, tais como, guampas, boleadeiras, esporas, etc. e ainda aqueles que são apresentados como objetos usados pelos imigrantes, como por exemplo, panelas, bacias, talhas, malas etc.

A presença africana na exposição fica limitada à apresentação dos instrumentos de suplício dos escravos, tais como, gargalheiras, troncos e algemas para mãos e pés.

O projeto na escola

A implementação do projeto iniciou no final de março na 8ª. série da Escola Estadual Aline Picheth. De acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais de História, seria oportuno desenvolver a proposta na 7ª série (2º semestre), mas tendo em vista que a proposta deveria ser implementada no 1º semestre desse ano foi selecionada a 8ª série, pois, bastaria rever os conteúdos da série anterior e assim inserir o projeto que trata da história do Paraná Província (1853-1889) sob a ótica do Museu Paranaense.

Quanto ao recorte histórico proposto para o Paraná Província (1853-1889) decorreu do fato de que a maioria das peças expostas no Museu Paranaense refere-se ao século XIX. Além disso, este é um período de constituição do Paraná enquanto unidade política autônoma, e na qual a crescente importância da economia ervateira estimula a urbanização e a imigração.

Quando da apresentação do projeto à turma foi explicado o que é o Museu e qual é proposta de exposição do Museu Paranaense no Pavilhão de História do Paraná, o qual pretende mostrar a ocupação do território paranaense desde a pré-história até a atualidade. Portanto, tratei dessa

ocupação indígena e espanhola em linhas gerais salientando-se colonização luso-brasileira já a partir dos séculos XVI.

Nas aulas anteriores à visita procurei trabalhar os assuntos presentes na exposição e situar o espaço geográfico do Paraná Província, pois, nesta época, a configuração territorial do Estado não estava definida e várias regiões não tinham sido incorporadas pelos colonizadores. Por isso, os alunos pesquisaram o significado do termo “Paraná Tradicional” e as várias fases de ocupação do território paranaense.

Sendo assim, foram utilizados textos de apoio e documentos de época para focar a emancipação do Paraná, a política imigratória e a economia ervateira; temáticas vinculadas na exposição.

Para tratar da emancipação política foram selecionados três documentos: o Ofício da Câmara de Paranaguá a D. João VI em 1811 retratando a insatisfação do povo da Comarca de Paranaguá em relação à situação política da época; um pequeno trecho de uma carta de João da Silva Machado ao Barão de Monte Alegre, presidente da província de São Paulo em 1842 (período da revolução Liberal), negociando a fidelidade ao governo em troca da emancipação e, posteriormente, outro trecho de uma carta do Barão de Monte Alegre ao Ministro do Império sugerindo a emancipação do Paraná.

O contato do aluno com documentos históricos, sua leitura e interpretação possibilitou a Introdução do tema Emancipação política do Paraná inserido no seu contexto histórico enquanto resultante de um processo que culminou em 1853, mas cujos antecedentes remetam ao início do século XIX.

A base da economia provincial era a erva-mate. Por isso, foi utilizado um trecho do Relatório de Zacarias de Góis e Vasconcellos à Assembléia Provincial, em 1854, no qual esse governante tece uma famosa crítica à população local por desprezar a agricultura e se ocupar exclusivamente da coleta da erva. Também foi elaborado um texto intitulado “Classes baixas: escravos e pobres” para leitura e discussão em sala na qual existem informações sobre a escravidão, os objetivos da política imigratória no Paraná e a criação do cinturão verde em Curitiba.

Enfim, pode-se denominar essas atividades como preliminares através das quais os alunos foram preparados para a visita temática e instigados a conhecer e refletir sobre a nossa história local.

Considera-se uma visita temática quanto é planejada a partir de um assunto previamente estudado e problematizado em sala de aula e com um objetivo definido. Dessa forma, é possível delimitar a visita, destacando o espaço da exposição relacionada ao seu objetivo. Nessa atividade é preciso refletir sobre o acervo: O que está exposto? Por quê? Afinal, o museu não é um espaço neutro e o objetivo deve ser analisar que tipo de história é representada no Museu Paranaense.

Dentre os principais objetivos da visita destaca-se: refletir sobre a memória e a história representada no Museu a partir do acervo exposto; registrar e problematizar a visão de história que o aluno adquire ao visitar o Museu e conhecer a composição da sociedade paranaense no século XIX, identificando os setores privilegiados e marginalizados no contexto político e econômico.

Apesar de alguns imprevistos, chegamos ao Museu no horário marcado. Tendo em vista que a acústica do Pavilhão é bastante ruim, a turma (36 alunos) foi dividida em dois grupos. Enquanto o primeiro grupo visitava o Palácio São Francisco, o outro visitava o Pavilhão de História do Paraná, preenchendo o relatório que fora distribuído anteriormente.

A visita durou aproximadamente 1 hora e 30 minutos e pôde ser considerada produtiva. Os alunos estavam bastante motivados e seguiram as orientações recebidas na Escola e dadas pelas monitoras do Museu. Outro fato que merece registro é que valeu a pena trabalhar anteriormente os objetivos da visita, o que permitiu uma maior participação dos alunos durante este processo, interagindo com a professora e a monitora. A monitora do Museu foi alertada que não seria preciso realizar o circuito tradicional, restringindo a visita aos aspectos pertinentes da exposição para que os alunos tivessem tempo para observação do espaço referente ao Paraná provincial.

Mais uma vez foi possível constatar que os meninos demonstram uma curiosidade natural e ficam encantados ao avistarem as armas.

Para orientar a visita foi elaborado um roteiro questionando a origem, a utilidade das peças no passado e no presente, a presença da mulher e a origem dos vultos retratados.

Nas aulas seguintes, essas questões foram problematizadas, verificando-se que os alunos identificaram as pessoas retratadas como “importantes”, “ poderosas”, “ricas” etc. Verificaram que as mulheres eram representadas no espaço através dos retratos das professoras Emília Erichsen, Ana Rita de Cássia e Julia Wanderley (época republicana) pois “eram poucas as mulheres que trabalhavam fora”. E a camponesa rutena? Uma “desconhecida”, disseram eles.

Através de biografia, verificaram que os retratos eram, em sua maioria, de membros da elite ervateira ou fazendeiros dos Campos Gerais. Quanto às mulheres, ficou evidente que seu papel era limitado ao interior das casas, como mães e esposas. De modo geral, a presença feminina tornou-se visível para os alunos através de porcelanas e enfeites (porta-jóias, trepa-moleques, ferro de encrespar cabelo..)

Quanto à utilidade das peças, comentaram que eram usadas no passado e ainda hoje, mas que foram aprimoradas (ferro de passar, batedeira manual, máquina registradora, armas...). Alguns citaram outras peças (escarradeira, caixa para rapé, relógio de bolso...) e sua utilidade na época , dizendo que hoje só servem para serem vistas no Museu ou que hoje são utilizados como objetos decorativos

Quanto ao pertencimento das peças, a maioria dos alunos preferiu selecionar aquelas em que a própria legenda já remetia ao proprietário. Porém, alguns fizeram outras escolhas (piano, xícara para aparador de bigode, pince-nez...),que lhes permitiram dizer “pertenceram a pessoas ricas, que podiam pagar por elas”.

O uso de filme no ensino de história, desde que bem planejado, torna-se muito mais que um recurso ilustrativo, e pode estimular no aluno o desenvolvimento do senso crítico. Com o objetivo de motivar a discussão sobre a memória e a história e repensar o próprio museu. Foram selecionados dois filmes.

O filme “Uma cidade sem passado”, disponível apenas em VHS, mostra na década de 70, uma adolescente da Bavária que pretende

participar de um concurso escrevendo um ensaio cujo tema proposto é “Minha cidade durante o III Reich”. Assim, ela enfrenta os obstáculos impostos pelos poderosos locais que tentam impedir o seu acesso aos arquivos referentes à perseguição de judeus e comunistas na pequena Pfillzing. A partir deste filme seria possível refletir sobre as pressões institucionais na constituição da memória coletiva para registrar basicamente as lembranças favoráveis aos grupos dominantes. Esse filme é legendado, dificultando o seu uso em algumas séries e por isso não foi utilizado.

A partir do filme “Narradores de Javé” pretendeu-se abordar a questão da memória e história, bem como discutir a visão de história presente tanto no filme como no Museu. No filme, os moradores de uma pequena cidade condenada a desaparecer devido à inundação provocada pela construção de uma hidrelétrica na região se unem para escrever a história da localidade com o objetivo de transformá-la em patrimônio histórico. Nesta tarefa, confrontam-se com as dificuldades de utilizar os vários depoimentos dos moradores mais antigos e chegar à verdade histórica e assim escrever um livro.

Para encaminhar a análise do filme foi sugerido um roteiro aos alunos voltado para a questão de semelhanças e diferenças nos depoimentos. Foram encontradas as seguintes respostas: “todos contam a mesma história só que de diferentes maneiras”; “os personagens são os mesmos, as diferenças são que em cada história os fatos são mudados”; “as pessoas contavam a mesma história, o que mudava era como ela aconteceu e como os personagens eram, mas a base da história continua igual”; “a semelhança é que todos falavam como foi criado Javé e que em cada história tinha alguém que ficava como herói”; “todos se referem aos mesmos personagens, mas cada um fala de forma diferente, cada um quer que a sua história seja reconhecida como verdadeira, mas algumas não têm sentido”; “todos os depoimentos falam da história da “fundação do Vale do Javé” ou a ‘cantada’ da fundação” ; “todas elas falam de Indalécio, um corajoso General de guerra e algumas incluem também a valente Maria Dina”, incluindo a observação: “só que alguns puxam a história para sua linhagem ou para sua origem racial”

Em relação às pessoas privilegiadas houve um consenso geral: “a guerreira e o Indalécio, que foi o fundador de Javé”; “Maria Dina e Indalécio porque quem conta a história são supostos descendentes”; “os fundadores da cidade”; “aqueles que fizeram grandes coisas no passado, pois tiveram grande importância” e, ainda, “eles próprios, para ganhar destaque na história do livro”.

Sobre as diferentes versões, foram estes os comentários: “cada um lembra de um jeito”; “as pessoas podem ter modificado a história ao passar do tempo, de acordo com a sua imaginação”; “cada um conta a história de um jeito que beneficia os seus antepassados”; “porque cada família vai passando a história para a sua família, de um jeito diferente, sua própria versão”; “porque cada um queria pôr o nome de algum parente ou algum símbolo para tirar algum proveito que desse a entender que eles eram importantes”; “as pessoas ouvem as histórias de um jeito e aumentam mais um pouco”; “porque cada um ouviu falar de um jeito diferente, ou apenas quer sair privilegiado na História;” porque cada cidadão conta a história favorecendo o personagem que ele mais se identifica”.

A utilidade do filme reside no fato de que ele coloca como questão: como seria possível conhecer a verdadeira história? Muitos alunos afirmam a importância da comparação: “pelo menos uma partezinha de cada depoimento é igual...”, “através de fatos que todas as pessoas contam igual, do mesmo jeito”; “é possível saber pelas partes iguais dos contos de cada um”; “juntando os fatos e vendo qual história é mais convincente”; “escutando os depoimentos de todo mundo que viveu ou sabe da história, e compará-las”. Outros estão preocupados com a veracidade e origem das fontes: “procurando pessoas que faziam parte dela e fazer com que elas digam a verdade”; “falando com as pessoas que conheçam mesmo a história e falem a verdade”; “a melhor forma é conversar com as pessoas e tentar extrair as verdades da cada história” e acrescenta, “também é importante estudar o povo e os costumes do povoado” e um aluno acena com a ampliação das fontes: “pesquisando; com fatos reais, fotos e histórias”.

Partindo desses comentários, procurou-se elucidar como é o processo de construção do conhecimento histórico pelo historiador e a importância da seleção e análise das fontes que não trazem em si uma verdade objetiva, nunca são neutras e sempre devem ser questionadas. Também se discutiu a concepção de história tradicional presente no filme e no imaginário das pessoas.

Outra questão relevante diz respeito ao uso da memória na história. Sendo a memória individual seletiva, mecanismos internos favorecem determinadas lembranças e condenam outras ao esquecimento. E a memória coletiva também é sujeita aos mecanismos da história oficial que ordena a lembrança de alguns fatos através das datas comemorativas e celebrações, relegando outros à amnésia social.

Por meio desse filme foi possível mostrar que também no Museu alguns personagens e fatos foram privilegiados (lembrados) e outros esquecidos. Fica, portanto, demonstrada a utilidade do cinema como fato gerador de uma discussão entre história e memória previamente à visita ao museu.

O Museu é uma instituição memória. No entanto, assim como a memória, é seletivo. É a partir de uma determinada concepção de história e seleção de peças que é organizada a exposição. Torna-se necessário conhecer a história da própria instituição, seus objetivos e a constituição de seu acervo para compreender melhor as possibilidades e limites que enfrenta na montagem da exposição.

No Paraná, temos diversos museus que devem ser conhecidos e aproveitados pelos professores para tratar de temáticas relacionadas à história regional e local que fazem parte do currículo escolar, e que via de regra não são contempladas nos livros didáticos. Os museus nos apresentam toda uma diversidade de fontes ou linguagens (objetos da cultura material, fotografias, mapas, tabelas...) que podem ser explorados no ensino de história.

O Museu, enquanto espaço educativo não-formal, pelo seu caráter lúdico, pode motivar o interesse pela História e pelo Patrimônio Cultural. Hoje em dia, muitos museus brasileiros desenvolvem projetos educativos diferenciados conforme a idade/série dos alunos e temática solicitada pela

escola. Nesta visitação apresentam oficinas com atividades práticas que proporcionam o envolvimento e a reflexão dos alunos sobre com o conhecimento histórico vinculado na exposição.

REFERÊNCIAS

ARAS, Lina Maria Brandão de; TEIXEIRA, Maria das Graças de Souza. **Os museus e o ensino de História.** Disponível em <http://www.ichs.ufop.br/perspectivas/anais/GT1603>> Acesso em : 02 de maio de 2007.

BELOTO, Divonzir Lopes. **A criação da Província do Paraná: A emancipação conservadora.** São Paulo, 2003. 123 p. Dissertação (Mestrado em Economia), PUC/SP.

BREFE, Ana Cláudia. F. Os primórdios do Museu: da elaboração conceitual à instituição. In: **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.** São Paulo: EDUC, n.17, p281-315, 1998..

CARNEIRO, Cíntia Maria Sant'ana Braga. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná 1902-1928.** Curitiba, 2001.156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

CARNEIRO, David. **Galeria de ontem e de hoje.** Curitiba: Vanguarda, 1963.

CARNEIRO, David. **História da Emancipação do Paraná.** Curitiba: Instituto de Pesquisas Históricas e Arqueológicas, 1954.

CATÁLOGO MUSEU PARANAENSE. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba: Chain/Banestado, 1991.

DICIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DOS CAMPOS GERAIS. Disponível em: <<http://www.uepg.br/dicon/oque.htm>. >Acesso em: _05 de junho de 2007.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** 2. ed. São Paulo: Cortez: autores associados, 1991.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores associados: Cortez, 1988.

GUARNIERI, Walldisa Rússio. Museu, museologia, museólogos e formação. **Revista de Museologia**. São Paulo, Ano 1, n.1, p7-11,1989.

HORTA, Maria de LOURDES Parreiras; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

LEÃO, Ermelino Agostinho de. **Diccionario histórico e geographico do Paraná**. Curityba: Empreza Graphica Paranaense/IHGE-PR, 1926-1968. 6 v.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: ROMANO, R(dir.) **Enciclopédia Einaudi**, v.1, p. 95-106, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da MOEDA, 1983.

_____. Memória. In: ROMANO, R(dir.) **Enciclopédia Einaudi**, v.1, p. 11-50, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da MOEDA, 1983.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: Política e governo**. (Coleção história do Paraná, textos introdutórios). Curitiba: SEED, 2001.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **A exposição museológica: Reflexões sobre os pontos críticos na prática contemporânea**. Simpósio de comunicação dos museus de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 1993.

_____. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Nova Série, n.1, p. 207-222, 1993.

_____. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Nova série, v. 2, p. 9-42, 1994.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. **Museu e sociedade/Museu e público: Propósitos sem ilusões**. Mimeo., s/d.

MEMORIAL DO MUSEU PARANAENSE. 6ª Sede. Praça Generoso Marques Programa de Extensão universitária "Educação para a Cidadania". Curitiba: UFPR, 2002. (CD-ROM).

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. (Coleção história do Paraná; textos introdutórios). Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. (Coleção história do Paraná; textos introdutórios). Curitiba: SEED, 2001.

PARANÁ. Relatório do Presidente da Província do Paraná, o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos na abertura da Assembléia Provincial de 15 de junho de 1854. Curitiba: Typ. Paranaense, 1854.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso:** (ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889) Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores:** genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba, Moinho do Verbo, 2001.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. Museu, ensino de História e sociedade de consumo. In: **Trajetos.** Revista de História UFC. Fortaleza, vol.1, n 1, 2001, p. 109-131.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos Santos. **Vida material e econômica.** (Coleção história do Paraná; textos introdutórios). Curitiba: SEED, 2001.

SIMAN, Lana Mara de Castro; COSTA, Janice Pereira. **Escola, museu e ensino de História:** perspectiva teórica e metodológica para avaliação desta relação: um estudo de caso. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/perspectivas/GT0601.htm>> Acesso em: 02 de maio de 2007.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná.** (Coleção história do Paraná; textos introdutórios). Curitiba; SEED, 2001.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná.** 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.